



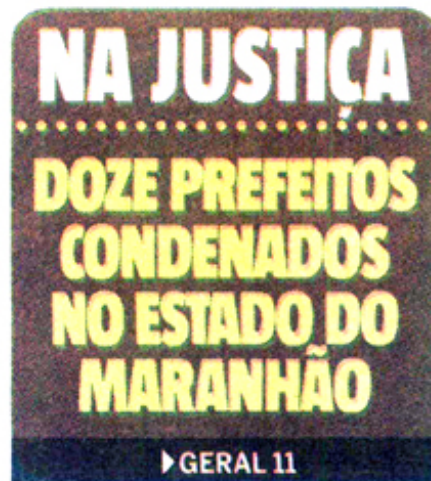
**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

09/12/2014

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	3
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	4
3.2. AÇÕES TJMA.....	5 - 7
3.3. JUÍZES.....	8



► MOBILIZAÇÃO

Ato celebra o Dia Internacional contra corrupção

Organizado pela unidade regional da Controladoria Geral da União no Estado do Maranhão (CGU-Regional/MA), em parceria com o Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Contas do Estado e outros órgãos da Rede de Controle, será realizado, nesta terça-feira (9), em São Luís, evento de celebração ao Dia Internacional contra a Corrupção. A programação começa às 8h, no auditório do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE), com palestra do juiz Márion Reis. A procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, estará presente na mesa de abertura da solenidade.

À tarde, das 14h às 17h, será promovida uma grande mobilização popular na Praça Deodoro, no Centro da cidade, com distribuição de cartilhas e folders e apresentação de artistas locais.

O evento é aberto à participação de todos os interessados. Com a iniciativa, a CGU, o MPMA e os demais órgãos da Rede de Controle pretendem ampliar a divulgação das ações governamentais voltadas para o combate à corrupção e sensibilizar a população sobre a importância do controle social.

TRANSPARÊNCIA

Doze prefeitos condenados no MA

Até o mês de setembro deste ano, 12 prefeitos e ex-prefeitos maranhenses foram condenados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por envolvimento em algum tipo de crime ou improbidade administrativa no exercício do cargo. Entre os crimes que levaram os ex-gestores e atuais à condenação constam improbidade administrativa, atraso ou fraude na prestação de contas, lesão ao erário público, desvio de verbas, falsidade ideológica, contratação de servidores sem concurso, fraude em licitações, falta de comprovação de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Saúde (FMS), má aplicação dos recursos do Fundeb, fragmentação de despesas e dispensa irregular de licitações.

‘Folias de Natal’ inicia temporada

O Reisado Folias de Natal, do grupo Os Foliões, se fará presente na programação natalina de São Luís. As apresentações vão acontecer dia 13, às 21h, no Projeto Coroado de Natal, no Coradinho de Cima; e dia 19, às 10h, na festa de confraternização natalina dos servidores do Fórum Sarney Costa, no Calhau.



Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br

Crise no ensino jurídico

O alto índice de reprovação de bacharéis em Direito no Exame de Ordem aplicado pela OAB é o diagnóstico de uma grave crise no ensino jurídico brasileiro, deixando a sociedade apreensiva quanto à formação dos futuros operadores do Direito.

Novas diretrizes precisam ser elaboradas para garantir a qualidade do ensino de Direito no Brasil, onde até mesmo as faculdades consideradas modelo estão com dificuldades em adaptar seus currículos para acompanhar as novas exigências do mercado. Nos últimos anos, se multiplicaram faculdades de Direito no país e o número de acadêmicos é assustador.

À medida que aumenta o índice de bacharéis reprovados pela OAB, o Ministério da Educação (MEC) autoriza cada vez mais pedidos de autorização para funcionamento de novos cursos de Direito, cujas bases de sustentação nem sempre são estáveis e perenes.

A indústria de bacharéis cresce de forma impressionante, com faculdades com corpo docente de baixa qualidade, aulas pouco produtivas, uma educação jurídica deslocado da realidade, alheia às necessidades sociais e incapaz de formar profissionais habilitados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

A formação deficiente de bacharéis em Direito pode comprometer a qualidade do Ministério Público, da magistratura e da advocacia no futuro, uma vez que as atividades desses três segmentos da Justiça exigem uma ótima formação jurídica.

O ensino jurídico precisa ser encarado como um bem social e não mais como uma mercadoria, com faculdades voltando-se para a criação de cursos de Direito apenas porque estes dão status e trazem expressiva lucratividade.

A influência política não pode continuar prevalecendo na criação dos cursos, que cometem uma falha grave ao não incentivar a formação humanista e geral dos bacharéis, qualificando-os para o ingresso no mercado de trabalho.

O critério para a criação de novos cursos de Direito tem sido hoje muito mais eleitoral do que educacional e vem frustrando o sonho da ascensão social pelo saber de milhares de cidadãos.

O MEC não pode continuar permitindo a mercantilização do ensino jurídico com faculdades sendo transformadas em fábricas de diplomas para que seja passada ao mundo a falsa ideia de que no Brasil existe um relatório estatístico de escolaridade superior semelhante aos dos países desenvolvidos.

Nenhum país no mundo possui tantos cursos de Direito quanto o Brasil. Nos Estados Unidos, com uma população de 313 milhões, são 232. No Brasil temos hoje mais de 1.300 cursos.

Temos mais cursos de Direito do que todos os outros países juntos. No resto do planeta a soma chega a 1.100 universidades. Somente nos últimos dez anos foram criadas cerca de 900 faculdades. Mais de 1,5 milhão de bacharéis em Direito já foram reprovados no Exame de Ordem.

Conquistas notáveis

Desde o século passado, em especial nos seus últimos quarenta anos, a mulher vem conquistando mais direitos que em todo o restante da história.

Obteve liberdade sexual, participação ativa no mercado de trabalho e reconhecimento constitucional da igualdade de direitos com os homens, para falar apenas das conquistas mais notáveis.

Tantas mudanças arrebatarem não só direitos, mas também deveres antes essencialmente relegados aos homens, com reflexos múltiplos no Direito de Família.

Nesse campo, uma questão que ainda suscita grande polêmica e interesse é a pensão alimentícia devida após a ruptura do casamento ou da união estável.

O direito à pensão alimentícia decorre da continuidade do dever de mútua assistência material entre os cônjuges, sempre que algum deles não tiver condições de prover seu próprio sustento

Aumento nos salários

Deputados e senadores preparam um reajuste para os próprios bolsos. Só de salário, os 594 parlamentares ganham hoje R\$ 26,7 mil, o equivalente a 36 salários mínimos.

Agora, eles estão decidindo para quanto elevam esse valor: R\$ 33,7 mil ou R\$ 35,9 mil por mês, isso sem contar a verba de gabinete e outros benefícios que também recebem.

Detectores de metais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) definiu que o uso de detectores de metais instalados em varas, seções judiciárias, fóruns e tribunais deve ser aplicado a todos, inclusive magistrados, promotores e servidores que trabalhem nos locais.

Na decisão foram lembradas as Resoluções nºs 104 e 124, editadas pelo CNJ em 2010, que facultaram às varas estaduais e federais e aos tribunais do trabalho a adoção de medidas de segurança previstas nos documentos.

Se a localidade em questão percebeu a necessidade do uso de detector, ele tem que ser aceito por todos indistintamente.

O entendimento é de que quanto mais existirem exceções, mais vulnerabilidade haverá, não sendo possível em uma República que tenha tantas falas sobre igualdade, desigualar justo em segurança pública, que é uma garantia de todos.

Tarifas caras

Um levantamento da União Internacional de Telecomunicações – órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) – mostrou que o Brasil é um dos países que cobram os mais altos preços por minuto em ligação de celular.

O estudo que avaliou 166 países apontou que os brasileiros têm o quinto mais caro custo do minuto em chamadas de horário de pico e dentro da rede da mesma operadora: US\$ 0,53.

Cento e sessenta e um países têm tarifas inferiores às brasileiras. No México, um pacote com 25 chamadas e 30 torpedos custa, em média, US\$ 14,60, e em Hong Kong, apenas US\$ 1 mensal.

Os custos mais caros estão na Suíça (US\$ 0,65), Irlanda (US\$ 0,60), França (US\$ 0,54) e Grécia (também US\$ 0,54).

12 prefeitos e ex-prefeitos foram condenados pelo TJMA

PÁGINA 3 [C1]

12 prefeitos e ex-prefeitos foram condenados pelo TJ no Maranhão em ações de improbidade

Até setembro deste ano, 12 prefeitos e ex-prefeitos foram condenados no Maranhão por algum tipo de crime ou improbidade administrativa no exercício do cargo. A revelação foi feita pelo Tribunal de Justiça do Maranhão em meio às comemorações do Dia da Justiça, nesta segunda-feira (8). O TJMA apontou avanços no campo institucional com a implementação de um consistente projeto que vem garantindo a efetividade da prestação jurisdicional com a aceleração no julgamento dos processos que chegam a Corte.

Na gestão da presidente Cleonice Freire, a produtividade dos desembargadores ficou acima da média nacional definida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina que sejam julgados no mínimo 90% da quantidade de processos distribuídos.

Contribuíram para esse crescimento, o investimento em modernização, aperfeiçoamento de servidores e a padronização de rotinas administrativas nos setores envolvidos, além da adoção de medidas de melhoria e aprimoramento da atividade jurisdicional definidas na atual gestão.

A quantidade de processos julgados pelos desembargadores teve um crescimento de 11% nos

dez primeiros meses de 2014, em relação ao mesmo período em 2013.

A produtividade passou de 36,98%, em 2013, para 96,58% no mesmo período em 2014. As estatísticas indicam que os processos distribuídos tiveram redução de 1%, o que foi acompanhado do aumento no ritmo de julgamento pelos desembargadores.

O crescimento de julgados acima de 10% manteve a produtividade próxima a 100% no período. De janeiro a outubro de 2013 foram distribuídos 20.984 processos e julgados 18.251. Em 2014, o número de distribuídos foi de 20.730 processos e o de julgados 20.021.

Improbidade – O TJMA se destacou no julgamento de processos de improbidade administrativa e ações penais relacionadas à Administração Pública, devendo ultrapassar – em segundo grau – a meta estabelecida, avançando para o julgamento dos demais processos, distribuídos em 2013 e 2014.

Modernização – O TJMA vem investindo também na modernização da Justiça e já concluiu a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em 22 juizados cíveis e turmas recursais da capital e do interior. Nos últimos dois meses foi possível atingir 61% da

meta de implantação e 89% de treinamento, restando apenas 14 das 36 unidades previstas para serem atendidas até este ano.

O total atingido superou a meta de implantação do PJe definida pelo Conselho Nacional de Justiça para os tribunais estaduais, que é de 10% das unidades judiciais de primeiro e segundo graus, ainda este ano. No caso do TJMA, seriam apenas 26 unidades em 2014, mas o Tribunal foi além do previsto.

Em dois meses de trabalho, a movimentação do sistema mobilizou mais de 500 servidores e magistrados, treinados sobre a aplicabilidade e funcionamento da plataforma eletrônica. Nesta fase, foram abertos dois mil processos eletrônicos nos juizados e registradas mais de 10 mil movimentações sem o uso de papel, em portal próprio disponível no painel do usuário do sistema, garantindo maior agilidade no andamento e acompanhamento processual.

Na implantação do PJe, foram distribuídas mais de 400 certificações digitais – espécie de assinatura eletrônica exigida na movimentação dos processos por magistrados, servidores e operadores do Direito.

Infraestrutura – O TJMA está investindo em obras de construção e reformas de fóruns e outras

unidades em 13 municípios do Estado. São beneficiadas as comarcas de Magalhães de Almeida, São Bernardo, Porto Franco, Paço do Lumiar, Imperatriz, Barra do Corda, Balsas, Santa Helena, Santa Luzia, Viana, Colinas, Matões e São Luís (Casa da Criança e Solar dos Veras).

Entre as obras concluídas está o Fórum de Magalhães de Almeida, entregue à população em agosto deste ano. Em Buriticupu, o novo prédio foi entregue em abril deste ano, beneficiando cerca de 100 mil pessoas e melhorando significativamente a prestação jurisdicional na comarca, que faz parte do polo judicial de Imperatriz.

Reconhecimento – Pelas boas práticas na promoção dos direitos da criança e do adolescente, o TJMA teve seu trabalho reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), recebendo das duas instituições o "Selo Infância e Juventude", categoria bronze.

A premiação deve-se aos investimentos do TJMA na estruturação da Coordenadoria da Infância e Juventude, dando ao órgão as condições necessárias para o desenvolvimento de políticas públicas na sua área específica de atuação institucional.

Saldo positivo

Avanços foram apontados no campo institucional com a consolidação da gestão profissional, planejamento estratégico, rigorosa organização administrativa e comprometimento dos magistrados, gestores e servidores do Tribunal de Justiça. A constatação deixou muito satisfeita a presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire, para quem os números confirmam crescimento de 11% nos dez primeiros meses de 2014, em relação ao mesmo período do ano passado. A produtividade também deu subiu de 86,98% para 96,58% no mesmo período.

Dia Internacional contra a Corrupção será comemorado, hoje, no MA

O Dia Internacional contra a Corrupção (9 de dezembro) será celebrado, hoje, durante programação que se inicia às 8h com palestra do juiz Márlon Reis no auditório do Tribunal de Contas do Estado e encerra com mobilização na Praça Deodoro (14h às 17h), onde cartilhas e folders serão distribuídos enquanto artistas locais se apresentarão.

Os eventos são abertos ao público interessado no tema. A iniciativa de celebrar a data é da Controladoria-Geral da União, sindicatos, associações e demais entidades que fazem parte da Rede de Controle da Gestão Pública. Juntos, eles pretendem ampliar a divulgação de ações governamentais voltadas para o combate à corrupção e sensibilizar a população sobre a importância do controle social.

A comemoração é também uma oportunidade de chamar a atenção da sociedade maranhense acerca da importância dos valores éticos, da cidadania e da participação política. "Combater a corrupção não é apenas um trabalho dos órgãos de fiscalização, mas de todos

e é por isso que convidamos quem quiser participar como parceiro, que nos procure", informa Wellington Resende (auditor da CGU), Ministérios Públicos Estadual e Federal, Tribunais de Contas do Estado e da União, Corregedoria-Geral do Estado, OAB e Associação dos Magistrados já apoiam o movimento.

Criação – A proposta de criação do Dia Internacional contra a Corrupção foi apresentada pela delegação brasileira à época da votação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, ocorrida na cidade mexicana de Mérida. Nesse dia, no ano de 2003, mais de 110 países assinaram a Convenção, entre eles, o Brasil.

Em maio de 2005, o Congresso Nacional brasileiro aprovou o texto da Convenção. No dia 31 de janeiro de 2006, ela foi promulgada, passando a vigorar com força de lei. No Brasil, cabe à Controladoria-Geral da União implementá-la. Desde então, todos os anos a CGU promove celebrações do Dia Internacional contra a Corrupção em todas as capitais do país.